

19 FEV 1987

ANC pág. 20

O GLOBO

## Empresários querem apoio de Ulysses na Constituinte

Os armadores brasileiros que operam no transporte internacional entregaram ao Presidente da Assembléia Nacional Constituinte, Deputado Ulysses Guimarães, documento em que apontam as atuais dificuldades enfrentadas pelas empresas de navegação do País e pedem apoio para que os problemas sejam corrigidos pela nova Constituição brasileira.

No documento entregue à Ulysses pelo Presidente da Associação dos Armadores Brasileiros de Longo Curso, Paulo Cotta, os armadores enfatizam que a frota mercante brasileira de longo curso está obsoleta, não atende às necessidades do comércio exterior e, a curto prazo, inviabilizará a armação brasileira.

Segundo os armadores, problemas de duas naturezas impedem a renovação de suas frotas: de ordem financeira e política. O problema financeiro consiste no alto saldo devedor de cada navio obsoleto. Os do tipo SD-14, por exemplo, não têm competitividade nas rotas marítimas comerciais, mas carregam débitos de até US\$ 7,5 milhões (Cz\$ 139 milhões) no Fundo de Marinha Mercante.

— A razão desses altos débitos é a ilegalidade dos contratos de financiamento de construção que, se tivessem obedecido à legislação vigente na época, teriam seus valores corrigidos pela variação das Obrigações Reajustáveis do Tesouro Nacional (ORTNs), hoje OTN, e não do valor do dólar, como estão sendo cobrados. Por serem reajustados pela moeda americana, as duas maxidevalorizações do cruzetiro fizeram crescer indevidamente seus saldos devedores”, explica o documento, acrescentando ainda que, além desse ponto, a lei também vem sendo desobedecida pelos contratos desses navios no que se refere ao percentual do Adicional sobre o Frete para Renovação da Marinha Mercante, que era de 35% e foi reduzido para 14%.

O problema político da navegação, apontado pelos armadores ao Presidente da Assembléia Nacional Constituinte, segundo o documento, abrange a navegação de carga geral e de graneis secos.

— Na carga geral, analisa o documento, após 17 anos de política correta e de apoio à nossa frota mercante, o Governo deixou de exigir a reciprocidade dos parceiros comerciais do País no transporte das cargas geradas pelo comércio exterior brasileiro. Agora chega a se ver países sendo representados por empresas de navegação nas conferências internacionais de fretes; estas mesmas empresas atuam também como armadores outsiders, o que resulta na soma de mais de 50% de participação no transporte de cargas de um determinado tráfego marítimo”.

Os armadores denunciaram a Ulysses Guimarães a alta incidência dos armadores outsiders estrangeiros nos portos brasileiros e a evasão de divisas que o País vem enfrentando devido ao pagamento de fretes a essas empresas estrangeiras; assinalaram também que é hora de o País dizer basta e exigir reciprocidade nos direitos de transporte aos seus parceiros comerciais “pois sem isso não há política de marinha mercante, não há estímulo à armação nacional”.

No caso dos graneis, os armadores informaram ao Deputado Ulysses Guimarães, através do documento, que as embarcações desse tipo, de propriedade da iniciativa privada, estão com sua operação inviabilizada porque o Governo não obriga o cumprimento do Decreto Lei nº 866, que prescreve à bandeira brasileira o transporte de graneis importados. A ilegalidade apontada por eles está na permissão do Governo à empresa de navegação estatal Docenave (Vale do Rio Doce), que opera neste mercado com navios estrangeiros afretados no mercado internacional a preços baixíssimos.